

A transformação ambivalente da subjetividade política no sertão brasileiro

Aaron Ansell

Assistant Professor of Religion and Culture/Virginia Tech

Resumo

Este artigo argumenta que certas influências liberais advindas das políticas públicas recentes têm transformado a subjetividade política dos sertanejos piauienses. Esse povo mostra uma ambivalência perante o liberalismo. De um lado, a reformulação de gêneros locais de discurso político manifesta a internalização da crítica liberal do clientelismo político. Do outro lado, o engajamento do povo com os políticos durante as emergências de saúde sugere que o liberalismo inspira certas ansiedades perante a vida genérica dentro de um contexto de vida precária.

Palavras-chave: Sertão; Piauí; Democracia; Clientelismo; Eleições; Saúde.

Abstract

This article argues that certain liberal influences stemming from recente public policy have transformed the political subjectivity of *sertanejos* (people of the *sertão*) in Piauí State. The sertanejo people show ambivalence with respect to liberalism. On the one hand, the reformulation of local genres of political discourse manifests an internalization of the liberal critique of political *clientelismo*. On the other hand, this population's engagement with politicians during moments of health emergency suggests that liberalism inspires certain anxieties pertaining to the generic quality of human life within a context of economic precarity.

Keywords: Sertão; Piauí; Democracy; Clientelismo; Elections; Health.

Introdução

Na virada do século XXI houve uma série de políticas públicas cujo impacto no povo sertanejo não se pode subestimar. Além de várias melhorias das condições de vida dos agricultores familiares, essas políticas têm inspirado essa classe a repensar seu engajamento com as instituições representativas da democracia formal. Aqui se pretende analisar a natureza e os limites dessa transformação da subjetividade política sertaneja provocada por esse *liberalismo de cima* com o fim de mostrar os dilemas e os paradoxos que o liberalismo normativo traz para as comunidades de sustento precário.¹

Hoje, no interior do estado do Piauí, os residentes dos pequenos municípios querem mudar certos aspectos de seu próprio processo político (inclusive o modelo do “eleitor”). Eles têm absorvido certos termos críticos como “voto de cabresto”, “voto de curral”, “mandonismo”, “coronelismo”, “compra de voto” e “clientelismo”, entre outros, que vêm ou do discurso liberal transnacional ou do espaço nacional de encontro entre liberais da classe média urbana e o sertão rural. Além do desdobramento de tais termos, certas práticas semióticas materializam uma internalização mais profunda dos “fragmentos da subjetividade liberal” (Lempert 2012: 154), que incluem, entre outros, as personagens ideais da participação eleitoral (e.g. o indivíduo autônomo e racional), bem como os gêneros ideais de comunicação democrática (e.g. debate calmo e deliberação imparcial). No entanto, essa população mostra um receio perante o sujeito abstrato liberal (portador de direitos e deveres formais) que se manifesta nos momentos em que a vulnerabilidade da vida biológica exige ação urgente. Esses momentos, localmente conhecidos como “a hora da doença”, “a hora da precisão” ou “a hora da saúde”, levam a um estado de exceção (no sentido de Giorgio Agamben), um hiato durante o qual acontece uma suspensão dos modelos liberais de comportamento político. Tal estado de exceção cria a possibilidade de um novo tipo de agência soberana em que um par de pessoas (um eleitor e o político) pode negociar qual quadro de normas, o liberal ou a reciprocidade íntima, vai regimentar o engajamento com o sistema de saúde, bem como a relação mais ampla dos dois no futuro.

A minha pesquisa no sertão do Piauí, numa região de uns dez municípios por volta da cidade de “Princesa”, começou em 2003. É uma região de muita pobreza, cuja economia é dominada pelo cultivo de milho e feijão e a criação de caprinos e ovinos. A vida dos agricultores familiares (a maioria da população) é bastante precária, devido ao tamanho pequeno das roças, à falta de captação da chuva e das águas subterrâneas, ao analfabetismo, ao difícil acesso à saúde e a outros fatores estruturais. Até os anos 1990, os políticos da região se afiliavam a duas famílias colonizadoras, que possuíam grandes fazendas de gado. Hoje, os representantes eleitos vêm mais da classe média rural (os que têm mais terra ou gado), dos funcionários assalariados, da pequena burguesia (caminhoneiros, donos de mercados, etc.), ou dos profissionais urbanos (advogados, médicos, etc.). Os políticos de hoje raramente traçam sua filiação a essas famílias de modo aristocrático. Muito pelo contrário: preferem citar as origens humildes e rústicas dos seus pais. A maioria dos políticos salpica sua fala com itens lexicais do discurso de transparência, responsabilidade fiscal e participação política, mas muitas vezes entrelaçando-os com o repertório local que afirma

1 Agradeço meus colegas Ana Cláudia Marques e Jorge Mattar Villela por terem me convidado a apresentar uma versão preliminar deste trabalho numa palestra em julho de 2014 no Departamento de Antropologia na Universidade de São Paulo. Os seus comentários e os de seus alunos de pós-graduação foram importantíssimos na revisão do argumento, mesmo que eu não tenha podido incorporar todos na versão atual.

uma sociabilidade baseada na festa, no amor, na amizade, na confiança pessoal, etc. (Chaves 2000).

Em 2003, fui até essa região para estudar a implementação dos programas Fome Zero, Bolsa Família, Um Milhão de Cisternas, Luz Para Todos e outros programas do Governo Lula. O meu foco era a interação desses programas com as práticas políticas locais frequentemente captadas nas ciências sociais pela palavra “clientelismo”. Passei uns 20 e poucos meses lá e, desde então, retornei de dois em dois anos, enfocando minhas visitas na chamada *época da política*. O presente artigo se baseia nas minhas experiências do campo ao longo desses anos (alguns argumentos apresentados aqui podem ser encontrados de forma mais elaborada em outros trabalhos).

Em geral, este artigo faz parte de uma linha de pensamento antropológica que recusa a teleologia triunfante do liberalismo, bem como certas categorias analíticas do liberalismo, especialmente o “clientelismo”. O meu problema com a noção do clientelismo não é que ela seja um conceito alienígena do imaginário “nativo” do campo, tampouco um conceito tão geral que procure abranger largas variações locais. O defeito do conceito decorre da sua distorção através dos diálogos interdisciplinares entre a antropologia e a ciência política. O clientelismo surgiu dentro de uma antropologia da sociedade camponesa como uma forma de explicar a reprodução social num contexto em que faltavam “grupos de descendência” supostamente típicos das tribos africanas e melanésias. Esse clientelismo era visto na sua unissonância com formas de troca igualitária que também possibilitavam a continuidade da vida camponesa da América Latina (e.g. Foster 1963). A ciência política considerou o “clientelismo” como um tipo de instituição política (para ser contrastada com outras, por exemplo, democracia representativa), impondo um olhar que separasse a política das relações cotidianas. Assim, reduziu o clientelismo a uma sombra da democracia, da burocracia, ou qualquer outra instituição impessoal de modernismo (e.g. o mercado livre). Ana Cláudia Marques (1999) capta essa ótica na sua crítica do tratamento intelectual do clientelismo na antropologia das sociedades mediterrâneas: nessa literatura, a modernidade burocrática e o clientelismo se relacionam num “antagonismo fundamental, que permaneceria mesmo na coexistência de dois princípios, uma vez que um se atualizaria nas brechas não preenchidas pelo outro” (Marques 1999: 139). Eu acrescentaria que esta ótica extrai do contexto e prioriza as reciprocidades hierárquicas do processo político total e, muitas vezes, atribui uma subjetividade mercenária aos “patrões” e “clientes” (devido ao contraste implícito entre o voto vendido e o voto programático ideal). O uso analítico de “clientelismo” corre o risco não só de ignorar especificidades locais, mas também de fetichizar certas práticas eleitorais que violam princípios liberais e de condená-las por serem as causas centrais da injustiça social. Neste olhar, o liberalismo, com sua ênfase na igualdade formal entre os sujeitos abstratos, não leva culpa qualquer, mesmo que ele mistifique a desigualdade monstruosa do capitalismo atual. Como Marcio Goldman (2013) argumenta, “a aversão que sentimos perante a compra direta de votos é de alguma forma ligada ao fato de que ela torna explícita – de maneira quase obscena – a própria natureza [...] da democracia parlamentar”, “um sistema idealmente baseado na ação individual” e completamente sujeito à influência de dinheiro privado (Goldman 2013: 133).² É por isso que, segundo John Collins (2008), as

2 Certos textos citados aqui, como o de Goldman (2013) e o de Villela & Marques (2006), já haviam sido traduzidos para a língua inglesa quando eu os encontrei. Estes sofreram minha tradução de volta para o português, um processo que certamente incluía certa violência poética. Também traduzi os outros textos escritos originalmente em inglês, bem como textos de outras línguas que encontrei no inglês (Agamben

intimidades recíprocas entre políticos e eleitores podem às vezes “ir além da reprodução da desigualdade e desfetichizar as bases de tal desigualdade” (Collins 2008: 250).

Agora, como Marques e outros lembram, essa forma dicotômica de pensar (o clientelismo *versus* a democracia) pode migrar a populações que nós pesquisamos de tal forma que a “própria instauração da dicotomia torna-se, assim, em si mesma, significativa”, como um aspecto do contexto local (Marques 1999: 141). É isso que está acontecendo no sertão atual do Piauí. A ótica liberal que opõe a burocracia ao personalismo, e as relações verticais às laterais, está sendo transmitida pelo estado, pela grande mídia e pelos movimentos sociais locais e absorvida (mesmo de forma parcial) pelos sertanejos piauienses (Ansell 2014). Não é que essa transmissão seja necessariamente nociva, mas seus efeitos só podem ser entendidos por uma perspectiva etnográfica que evite as presunções descritas acima. Aqui eu uso “clientelismo” para me referir às trocas eleitoreiras no sertão através do olhar liberal, ou seja, como um conceito “nativo”, sendo ele do governo, dos membros de ONGs, das ativistas locais, ou de certos moradores do campo. Uso o termo “reciprocidade íntima” para me referir de forma analítica às relações políticas entre eleitores e políticos.

Tudo isso implica que uma análise das reciprocidades íntimas não pode ser entendida como um resíduo de, ou regressão a, uma política tradicional que inevitavelmente será ultrapassada. Também, a procura de médicos através da reciprocidade íntima durante a “hora da saúde” não indica uma obstinação de um “habitus clientelista” (Rutten 2007), e sim uma reação transtornada a uma burocracia de saúde que trata todos como sujeitos iguais, sendo todos meros reservatórios (*vida nua* para Agamben) de direitos.

A seguir, coloco um breve rascunho das políticas públicas recentes que têm chegado ao sertão e reforçado certos princípios liberais. Depois, passo a examinar novas práticas culturais que indicam uma mudança de perspectiva quanto à época da política, às eleições e às relações entre eleitores e políticos. A próxima seção lida com eventos de crise de saúde e as respostas do povo rural a essas crises, utilizando os conceitos de Georgio Agamben (*vida nua*, soberania e estado de exceção) para melhor entender a relação entre as crises de saúde e a recém-internalizada ética liberal. Concluo com uma reflexão sobre o horizonte político que essa análise implica.

O Liberalismo de cima: as políticas públicas na virada do século XXI

Os municípios ao redor de Princesa têm sido impactados por uma série de medidas federais que visam melhorar o processo democrático, as condições de vida, a transparência e responsabilidade gerencial (“accountability”) do poder público municipal. Tanto de forma implícita como explícita, essas medidas têm veiculado certa guerra contra o clientelismo, coronelismo, etc. Aqui saliento três dessas medidas que compõem esse liberalismo de cima: a reforma política, os programas de assistência e a reforma gerencial (mais especificamente o aumento da taxa de trabalhadores concursados em relação aos cargos de confiança).

A “reforma política” no Brasil abrange uma série de aspectos das instituições governamentais, inclusive o financiamento de campanha, o voto obrigatório, as CPIs e Investigações

1998; Schmitt 2010), sem consultar falantes mais fluentes do que eu. Peço desculpas tanto aos autores e leitores por isso e assumo qualquer erro neste processo.

Políticas, a regulação das pesquisas eleitorais e as coligações eleitorais. No Piauí, as reformas eleitorais que banem a “Captação Ilícita de Sufrágio” têm chamado maior atenção popular. As mudanças do Código Eleitoral dos últimos anos procuram proibir a influência de barganhas privadas. Vendo o candidato como o sujeito responsável por tais barganhas, as reformas de 1997 o proíbem de “doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obtê-lo o voto, bem ou vantagem pessoal” (Art. 41-A da Lei 9.504/97). Dois anos depois, a Lei 9.480/99, popularmente conhecida como a “Lei dos Bispos” ou “Lei da Compra de Votos”, “deu à Justiça Eleitoral meios e poderes para, quando acionada, coibir com maior rapidez e objetividade o abuso do poder econômico de candidatos que captam sufrágios mediante doação de bens ou vantagens” (Santos & Piacentini 2012: 60). Mais recentemente, as leis sobre as coligações partidárias têm restringido as alianças eleitorais entre políticos locais a fim de “evitar o ‘troca-troca’ das legendas pelos deputados após o pleito” (Fleischer 2007: 145). No contexto sertanejo piauiense, essas reformas têm sido palpáveis porque os promotores e delegados regionais estão agindo como parte de uma nova cultura de vigilância. Tanto os políticos como os eleitores dizem que “agora não é como antes; o juiz pega e cassa mandato dos que compram voto”. Já na questão da regulação das coligações, cada facção inventa formas de driblar a lei e continuar se coligando temporariamente com quem quiser. No entanto, a ideia de identidade partidária baseada em ideologia compartilhada está ganhando força onde antes “o partido” era uma piada ou uma questão retórica: “você vota no partido ou na pessoa?”.

Os sertanejos da região de Princesa testemunham outro eixo de democratização na sua relação com o aparato de emprego público (quase a única forma de emprego formal disponível). Quando cheguei a esta região em 2003, era comum que somente as pessoas afiliadas ao prefeito obtivessem emprego municipal e que uma mudança de equipe também resultasse numa série de demissões dos trabalhadores de confiança, inclusive as merendeiras, vigias, enfermeiros, agentes de saúde comunitários, professores da escola primária, trabalhadores de construção e também os vários secretários.

A autonomia gerencial gozada pelos prefeitos decorria não apenas de costumes de troca de favores, mas também das políticas dos governos neoliberais dos anos 1990. O sonho da Constituição de 1988 de um “aparato público [...] baseado no mérito e com o forte sentido de missão pública [...] [capaz] de impor-se sobre os interesses particulares” bateu de frente com a chamada política de “eficiência” e “terceirização” do governo tucano, que resistiu à expansão de emprego público concursado (Santos 1997: 63). Mesmo com a descentralização das responsabilidades da educação primária e da saúde básica para o nível municipal após 1988, entre 1999 e 2002, “a proporção de celetistas caiu de 20% para 15,8%, enquanto a de servidores com outros tipos de vínculo à administração passou de 14% para 19%” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2005: 25-26 apud Santos 2010: 104). Depois, sob o governo petista, os ingressos no serviço público aumentaram muito, tanto no nível superior como no intermediário (Santos 2010: 108).³ Com a expansão dos programas federais de assistência social (Bolsa Família, Programa de Erradicação de Trabalho Infantil, etc.), essa região do Piauí passou por um aumento no

3 Os dados analisados por Santos (2010) mostram que, sob o governo PT, foram 14 mil ingressos no nível superior no ano de 2009 (ano que teve o maior número de ingressos durante o governo petista). Comparamos isso com os pouco menos de 8 mil ingressos do ano de 1995 (o ano da administração tucana que teve o maior número de ingressos).

número de funcionários concursados que atuavam na área assistencial. Por exemplo, num município pequeno ao redor de Princesa, foi criado um Conselho Tutelar Municipal (antes obrigado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, mas nunca realizado na prática) com nove conselheiros concursados. Quando o programa Bolsa Família começou a monitorar suas condicionalidades (educação e saúde), em 2004, o número de agentes comunitários de saúde (ACS) no mesmo município dobrou (sendo todos os novos agentes concursados). Não deixaram de haver acusações de manipulação política dos concursos, mas a população parece reconhecer que as prefeituras têm perdido o controle absoluto sobre os seus funcionários, e no geral se afirma o mérito como critério de distribuição de emprego (ao menos na teoria).

O aumento do número e da porcentagem de funcionários concursados deve ser entendido não apenas como um meio de criar burocracias adequadas aos novos serviços estatais, mas como uma forma de engenharia social. De forma geral, os programas de assistência da época petista têm embutido na sua estrutura administrativa um projeto de dismantlar o chamado clientelismo no nível local (Ansell 2014). Por sinal, quando José Graziano da Silva lançou o programa Fome Zero, em 2003, ele inaugurou em cada município beneficiado um Comitê Gestor de dez pessoas, a maioria (dois terços) representante da sociedade civil (igrejas, associações de bairro, etc.) eleita em assembleia aberta. Além da fiscalização do poder público, este órgão tinha função de atualizar o Cadastro Único com o fim de inscrever os cidadãos mais necessitados no Cartão Alimentação (o que depois se integrou ao Bolsa Família). Em outras palavras, o governo federal tirou dos prefeitos o controle sobre a seleção dos beneficiários das bolsas federais e o deu a um órgão dominado por representantes eleitos da sociedade civil organizada.⁴ Quando o Cartão Alimentação foi integrado ao programa Bolsa Família (e Graziano da Silva cedeu seu lugar a Patrus Ananias), o controle do Cadastro Único voltou às prefeituras, mas sob a condição de o município ter um gestor de Bolsa Família que fosse fiscalizado e orientado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O mesmo Ministério também criou uma linha telefônica (hotline) para ouvir denúncias do poder público sobre os programas assistenciais.

Essas invenções administrativas revelam a própria teoria do clientelismo usada pelo estado no seu engajamento com o povo sertanejo. Embora os funcionários estatais reconhecessem a penetração difusa (hegemônica) do clientelismo, abordavam o problema como se a figura do prefeito encarnasse todos os males do processo político. Na prática, o estado assumia que a “sociedade civil organizada” fosse separada do clientelismo local sediado na prefeitura. Deixando de lado a questão da veracidade dessa teoria, o que importa aqui é que essas intervenções tinham impactos ideológicos consistentes com seus objetivos liberais.

O que me impressionou é que os sertanejos da região não se sentem ressentidos perante essa colonização liberal. Muito pelo contrário, concordam que muitos aspectos do seu processo político precisam mudar e confiam nos atores e nas ideias que emanam “de cima”.

4 Antes do Fome Zero (e o Cartão Alimentação que o compunha), o controle direto sobre o Cadastro Único recaía sobre os conselhos municipais de educação, e não sobre a pessoa do prefeito. Leonardo Avritzer (2007) afirma que “há uma tendência democratizadora da ação dos conselhos nos lugares em que eles são mais atuantes” (Avritzer 2007: 40). Não discordo, mas cabe notar que o governo petista descobriu que os conselheiros eram designados pelo prefeito e podiam ser demitidos se não implementassem a sua vontade. Este fato provavelmente levou o governo petista a enfocar sua crítica do clientelismo na pessoa do prefeito (Ansell 2014: 168).

Certamente, as pastorais da igreja católica e os ativistas dos movimentos sociais que por muitos anos têm militado contra o clientelismo sentem que os ventos de mudança estão finalmente soprando em suas costas. Os agricultores familiares, os funcionários, a pequena burguesia urbana e a classe de elite dos fazendeiros de gado agora se sentem convidados a transformar suas identidades para alinhá-las com as personagens cosmopolitas dos jornalistas, membros de ONGs, personagens das novelas da televisão (cabe lembrar que a presença da televisão nas casas rurais do Piauí só se generalizou depois da eletrificação rural sob o programa Luz Para Todos, que começou em 2005). A minha suspeita é que essa aceitação do liberalismo veicula outros desejos locais que não são explícitos, mas que se materializam de forma implícita e fragmentária.

Quero agora me dirigir à questão de como o povo sertanejo tem absorvido esses valores.

A materialização (parcial) do sujeito liberal no sertão

Liberalismo, como qualquer outro fenômeno transnacional, só vive de forma deslocada; ele não tem casa própria. Seja na Europa, nos EUA ou no Brasil, ele é sempre mediado por formas culturais locais que são recrutadas para expressar aspectos de tal filosofia. Assim, novas frases típicas ou novas reflexões nas práticas políticas familiares revelam a percepção popular de uma mudança de perspectiva. Por exemplo, quando as pessoas dizem que “nós não somos mais bestas”, querem dizer que sabe de onde vêm os recursos para as obras públicas e não vão mais “associá-las [as obras] com uma certa administração e grupo político” local (Bezerra 2001: 191).⁵ Além desses fragmentos discursivos (facilmente observáveis porque facilmente legíveis de forma mais ou menos descontextualizada), estão acontecendo mudanças a respeito de certos gêneros de discurso político local. Essas mudanças podem ser modificações da sua prática em si, ou seja, dentro do perímetro dos gêneros, ou podem também se realizar no nível de avaliação dos gêneros, ou seja, novas ideias de como é que interações típicas devem ser postas em prática, como a *proposta* e o *leilão comunitário*.

A “proposta” refere-se à interação típica que acontece dentro da casa de um eleitor durante a “época da política”.⁶ Os candidatos andam nos bairros, batem nas portas e são recebidos com hospitalidade pelos donos da casa. Só presenciei tais encontros de fora das casas, mas o que acontece dentro da casa é quase sempre descrito como uma barganha. Os políticos dizem que estão precisando de apoio eleitoral; os moradores dizem que estão precisando de uma coisa material. Negociam. Se der certo, o candidato entrega à família (ou ao chefe da família) um adesivo com sua foto ou nome, ou seja, propaganda para ser pregada na porta ou parede da casa. Tradicionalmente, o número de fotos pregadas indica o número de votos que o candidato tem dentro da casa, sob a presunção de que o chefe da casa controla os votos de sua mulher, de seus filhos e de seus outros dependentes (Heredia 1996).

5 Um exemplo ambíguo do liberalismo discursivo é a ditada sertaneja “voto consciente”, o que significa o uso de critérios éticos de votação, diferente do “voto comprado”. No entanto, Villela & Marques observam que essa frase pode se referir ao voto dado a um candidato que mostra memória, lealdade, “atenção e consideração [...] a um indivíduo ou uma família” (2006: 29). Mesmo assim, “o voto consciente” é um conceito que decorre de um diálogo com o liberalismo; ele sugere uma ética em que “não inserir o assunto do voto numa relação de reciprocidade é altamente valorizado” (Villela & Marques 2006: 30).

6 Ver Palmeira (1996) para uma análise da significância dessa época.

Esse gênero de barganha continua na prática atualmente, mas a sua avaliação popular está mudando. Os moradores da região têm percebido uma diminuição no uso das fotos nas casas particulares. Esse assunto surgiu numa conversa que aconteceu em junho de 2012 (ano eleitoral). Um padre, um militante do Movimento Negro (que também era o motorista do padre) e eu estávamos num carro indo para um povoado rural. Aconteceu o seguinte:

Militante: Aí muitas vezes o voto se torna um voto comprado. Vereador chega em tal pessoa, “Vocês aqui tão precisando de quê? Tá precisando de um saco de cimento? Precisando de qualquer coisa. De uma bola de arame” para ele fazer um cercado. Ele vai lá, te dá uma bola de arame para ele fazer um cercado. Ele vai lá, te dá uma bola de arame. Você vota nele. Já não é por desejo; é por obrigação.

Aaron: Mas será que é por isso que as pessoas colocam os adesivos nas suas portas?

Padre: Também. Uma pressão também. Também. É uma pressão também. É assim, “Se você vota em mim, tem que se identificar e... colocar um adesivo na porta, uma fotografia, a bandeira...”
Se ele chega na minha casa. “Vou votar no seu candidato”. Aí eles tão com uma foto na mão. Posso botar a foto na sua porta? Pode. Aí ele vai e coloca. Muitos deles, nesta compra de voto pra eles te garantirem...

No discurso destes dois homens, a *proposta* é a quintessência não só de barganha particular (o clientelismo), e sim da coerção política dos mais fortes. Quando o militante imita a fala típica do político (“Vocês aqui tão precisando de quê...”), o volume da sua voz e a sua rapidez aumentam; ou seja, o tom assume um caráter agressivo (o padre, na sua fala, usa uma voz parecida quanto ele imita a figura do político, “Se você votar em mim...”). O gênero da proposta acaba sendo representado como de dominação bruta, e não de um arranjo de vontade mútua entre dois sujeitos. O padre classifica a interação como uma “compra de voto”, mesmo que os bens citados (bola de arame, saco de cimento) façam parte de transações consideradas morais e de longo prazo (tradicionalmente, a frase “compra de voto” se referia às trocas imorais na véspera da eleição).

Sob esta mesma ótica, o papel da foto nesse gênero de dominação é o de consumir o ritual sujo. A foto também funciona como uma tecnologia de *perverse accountability*, uma situação em que os políticos ou “os partidos conhecem, ou podem bem inferir, o que os votantes individuais têm feito na urna e os recompensam ou punem, conforme aquelas ações” (Stokes 2005: 316). Ela “garante” o apoio do eleitor porque tira dele qualquer vantagem que ele gozaria se votasse no adversário. Mesmo se ele fizesse isso (e às vezes acontece – veja a seguir), a foto identifica o morador como um aderente da equipe do tal candidato.⁷ Isso resulta no trancamento do seu voto durante um período que idealmente (na ótica liberal) é de debate e deliberação racional, no qual os eleitores são livres para mudar de ideia sem medo de repercussão. A diminuição do uso popular das fotos talvez expresse a influência popular desta crítica do *perverse accountability*.

Agora, já que o padre e o militante não são pessoas comuns (são ativistas locais mais dispostos a se alinhar com princípios liberais), deveríamos levar em consideração as avaliações

⁷ Ver Palmeira (1992) na questão do voto como sinal de adesão.

dos agricultores familiares diante da proposta e das fotos propagandistas. A maioria das pessoas rurais com quem falei disse que estava “de portas abertas” para receber visita de qualquer candidato, mas que não queria “nada só para mim. Tem que ser para todo mundo”. Além desse novo critério de avaliar uma proposta moral, os sertanejos rurais disseram que não queriam mais pregar as fotos às suas portas. “A casa é minha”, uns explicaram para mim. Outros disseram que as fotos criavam encrencas entre vizinhos ou faziam com que o dono da casa aparecesse “doente” ou “fanático”, ou seja, incapaz de ver os defeitos de tal político, como um eleitor racional deveria.

Durante a mesma visita (2012) a essa região, falei com duas mulheres da zona rural (Francine e Lúcia), irmãs de meia-idade. Perguntei sobre o uso de “adesivos” naquele ano:

Ansell: Mas a senhora bota adesivo na porta?

Francine: Não, meu filho. Não.

Ansell: Nada disso.

Francine: Não boto lá. Pra mim, todo mundo é meu.

Ansell: Tudo bem.

Francine: É. Não sou...

Lúcia: Só bate o coração da gente no dia, né?

Ansell: Pois é.

Francine: Porque chega uma vez, ah, você vota pra fulano. Às vezes teve uma coisa meio escassa... Um balde de alho pra gente. *Ah, mas ela é de fulano, né.*

As irmãs expressam suas ansiedades sobre a foto através de um registro discursivo de *doçura materna*, muito diferente do registro indignado de “luta” e “reivindicação” (cf. Comerford 1999) vocalizado pelos ativistas dos movimentos sociais da região, descrito acima. Quando Lúcia diz que “Só bate o coração da gente no dia” (palavras faladas junto a uma expressão facial de dor), ela está abrindo um espaço moral (baseado na sua submissão a seu próprio afeto) que garante para si o direito de não ser classificada como um eleitor de um tal candidato, muito menos um “doente”. Francine dá continuidade a esse argumento implícito através de uma imitação da fala partidária e agressiva de um (hipotético) vizinho doente. Quando ela fala a frase “Ah, mas ela é de fulano, né”, Francine troca o seu tom doce por uma voz alta, rápida e nasalizada, ou seja, um registro irritante. Combinando as perspectivas das irmãs, percebemos uma reconciliação implícita da crítica liberal (das dominações de cima dos políticos) e uma queixa local do vizinho fanático-doente (um problema atribuído à campanha). Assim, as duas irmãs materializam a autonomia e racionalidade do sujeito liberal ideal de forma hibridizada e qualificada.

Outras fracções do sujeito liberal se materializam através de reformulações de gêneros discursivos existentes na comunicação política. Para salientar mais um caso, observo que o leilão comunitário tem se tornado um contexto de experiência com a soberania popular e a democracia associativista. O leilão em si não é nada novo nessa região; fazendeiros têm leiloado seu gado por superávit por décadas, e os pequenos produtores usavam leilões pra pagar promessas aos santos católicos. Mas os leilões comunitários em referência aqui

começaram na década de 1970. Eram usados pelas comunidades eclesiais de base para arrecadar dinheiro para os gastos das capelas rurais. Durante os anos 1990, as CEBs se desvaneciam, mas as associações comunitárias surgiam no seu lugar. Essas associações marcavam seus leilões anuais na “época da política”, sabendo que as rivalidades entre os candidatos mais ricos os levavam a gastar quantias absurdas, às vezes arrematando pratos de galinha cozida por até 3 mil reais. Assim que arrematavam, os candidatos costumavam colocar as joias (comida e bebida) numa mesa e convidar a multidão ao redor para “arrochar”. Tais espetáculos de generosidade também eram mecanismos de *perverse accountability*, tornando visíveis as adesões eleitorais do povo e dramatizando a metáfora de dependência alimentar (i.e. “fulano come na mesa de ciclano”). É por isso que o povo rural cada vez mais está se organizando em grupos para juntar sua “força” e concorrer contra os políticos. Há uma articulação explícita de um novo critério de avaliação do comportamento nesses eventos. No ano de 2014, um agricultor relatou que um político regional “só arremata para se aparecer; não deixa o povo arrematar”. Até um político da região reforçou esse critério de avaliação: “assim que um grupinho começa a arrematar, eu caio fora. Se eu concorrer contra o povo, tá feio”. Diferentemente de antes, o leilão comunitário está atuando como um espaço de confronto entre duas éticas opostas, uma do igualitarismo, autossuficiência e solidariedade popular, e a outra da hierarquia confortável e protetora.

Essas novas reflexões sobre os gêneros locais de comportamento mostram uma internalização (mesmo parcial) do liberalismo que vai além da questão do raciocínio de um voto em si. O ponto não é que essas mudanças indiquem menos compra de voto. Isso seria muito difícil de medir, e provavelmente a decisão do voto decorre “das múltiplas formas de lógica [...], diversos motivos pessoais e oposições e conflitos locais” (Goldman 2013: 162). O que se sugere é que os valores liberais estão se embutindo numa infrapolítica, redefinindo os procedimentos de interação comunicativa, as personas estereotípicas (“eleitor”, “candidato”) e o visual das casas e bairros durante a época da política.

Agora, essas materializações vernáculas do liberalismo normativo podem dar uma impressão errada de uma transformação teleológica linear. Há outro lado dessa mudança, uma ansiedade provocada pela possibilidade de ser tratado como um sujeito liberal. Isto se manifesta numa reação comum às crises de saúde.

A hora da saúde: os espectros do sujeito liberal

Em 2013, uma nova equipe assumiu a posse da prefeitura num dos pequenos municípios ao redor de Princesa. O novo prefeito descontinuou um convênio com um hospital particular que o seu antecessor havia mantido. Aquele convênio destinava em torno de 10 mil reais por mês do orçamento municipal para que o hospital tratasse pacientes do município vizinho se eles chegassem com a autorização do prefeito ou da então secretária da Saúde (que era ligada ao prefeito). A nova equipe cancelou o convênio alegando que haviam ocorrido irregularidades financeiras envolvendo o Sistema Único de Saúde (SUS) e também que o prefeito antigo havia usado critérios partidários na decisão de autorizar os tratamentos (o prefeito negou essa alegação). A nova equipe teve a sorte de assumir a prefeitura no momento em que o Governo Dilma criou o programa Mais Médicos. A nova administração municipal recebeu duas médicas cubanas e recursos para construir três

postos de saúde e aumentos de estoque das farmácias básicas. O governo federal também ligou os agentes comunitários de saúde ao SUS, e o prefeito aumentou as suas bolsas para facilitar seu transporte. Em vez de um convênio com um hospital particular, a nova equipe mandou todas as pessoas doentes ou machucadas ao hospital regional para serem tratadas pelo SUS.

Embora essas mudanças me parecessem como melhorias, o que eu ouvi da população (tanto da sede urbana como do interior rural deste município) foram queixas sobre a gerência da saúde no município. Mesmo as pessoas que aderiram ao novo prefeito (fora da própria equipe) relatavam experiências péssimas no hospital público, dizendo que eram maltratadas e até escarnecidas pelos médicos e enfermeiros, que “ali é só fila sem fim” e que os procedimentos burocráticos impossibilitavam certos tratamentos urgentes. Uma mulher de meia-idade contou que estava esperando desesperadamente uma histerectomia, porque o hospital estava seguindo uma regra do SUS de que, para se realizar a cirurgia, deveria haver reservas de sangue e que este não poderia ser doado pela família. “Sob o mandato do [antigo prefeito], nada disso acontecia”, ela afirmou.

Quero enfatizar que o que está em jogo em tais municípios não é apenas uma preferência por um hospital privado em vez do público, nem uma antipatia contra o SUS. É um medo de ser recebido sem um acompanhante de influência. Agora esta afirmação tem um problema: se para muitas pessoas falta afiliação forte com “um bom padrinho”, por que é que o povo reclama do novo sistema anônimo e igualitário, e não dos problemas com o sistema de preferências “clientelistas” que supostamente organizava o mandato anterior? A solução não se reduz ao nível pragmático.

Nesta seção, argumento que o comportamento do povo sertanejo durante a chamada “hora da saúde” (ou “hora da precisão”) dramatiza a perspectiva sertaneja sobre o limite do liberalismo. O liberalismo corre o risco de reduzir uma vida humana a sua forma genérica, o que pode fazer um sujeito sentir-se descartável. Contrariamente, a reciprocidade íntima (“clientelismo”), mesmo quando falha de modo pragmático, afirma o valor da vida específica da pessoa adoecida.

Para melhor refletir sobre isso, usufruo do esquema triangular que Giorgio Agamben estabelece entre a *soberania*, a *vida nua* e o *estado de exceção*. Em *Homo Sacer*, Agamben (1998) diferencia a modernidade da antiguidade através de critérios de participação na vida política da cidade. Na sociedade antiga, os homens livres tinham linguagem, estado, conexões, opiniões – enfim, uma vida social e política (*bios*) dentro da polis. As mulheres, escravos, crianças e outros invisíveis eram excluídos da esfera política e submetidos à vontade absoluta dos homens, que podiam até matá-los. A polis reconhecia os marginalizados apenas como vida nua (*zoe*), que viviam num estado de exceção – ou seja, a lei não se aplicava a eles. Agora, revertendo essa lógica,

a democracia moderna se apresenta desde o início como uma justificativa e libertação do *zoe*, e que está sempre tentando transformar sua vida nua numa forma de vida e achar, por assim dizer, o *bios* do *zoe*. Então, a aporia da democracia moderna: ela quer colocar a liberdade e a felicidade dos homens em jogo no próprio lugar – “vida nua” – que marcou sua sujeição (Agamben 1998: 9-10).

Se a decisão de excluir um sujeito da lei era a função da soberania antiga, o soberano moderno preside sobre uma vida nua abstrata e igual, sobre um sujeito que é ao mesmo tempo rebaixado e elevado e disseminado através de todo corpo individual (Agamben 1998: 124).

No sertão atual, o sistema de saúde pública não consegue (talvez por falta de recursos) conferir às pessoas rurais o sentido de ser valorizado. Pode ser que todos são tratados iguais (que os atendentes não deixem ninguém cortar a fila), mas esta igualdade de cidadania se fundamenta na vida nua do cidadão abstrato. E no contexto de dor física, de fila longa, de médico que sai do plantão, até de maus-tratos, esta vida nua não traz dignidade e valor, e sim uma “existência insignificante [...] no mundo, tipicamente numa circunstância desvalorizada”, como é visto na expressão popular “aquele cara é um *cidadão qualquer*” (Holston 2008: 4). Dentro de um encontro liberal do sistema de saúde em que falta o carinho de um patrão, o “cidadão qualquer” sente que sua vida abstrata flutua sem qualquer âncora para segurar seu valor concreto. Esse cidadão abstrato sofre a negligência, descuido e espera sem fim quando perambulam pelos hospitais sem acompanhamento de alguém de influência e conhecimento. As minhas conversas com o pessoal da região dão a impressão de que a maioria entende essas experiências não como efeitos colaterais de uma instituição subfinanciada e superlotada, mas sim como o esnobismo de casta. De forma interpessoal, os sertanejos se sentem sem valor, portadores de vidas intercambiáveis (e, portanto, descartáveis) no olhar profissional do sistema medicinal. A lei funciona para justificar seu abandono e o desperdício da sua vida.

Já as relações de reciprocidade íntima constroem a vida do pobre como uma vida social e política, um *bios* específico e insubstituível (mesmo quando falham no sentido pragmático). Talvez é por isso que certas pessoas locais que tipicamente se manifestam contra a “compra de voto” ou a “dependência política” fazem uma exceção na hora da saúde. E parece mesmo que os sertanejos piauienses reconhecem que recorrer aos políticos na hora de precisão é uma forma de suspender a lei de igualdade formal. Veja o discurso de um líder comunitário da zona rural que reclama dos políticos da região:

Eles chegam até à sede e por lá ficam. Aí a gente tem que ir lá se tiver coragem de ir para pedir alguma coisa que é para todos. Claro que se for na hora da precisão, a hora da saúde, tem que pedir também, tem que ser assim mesmo. Mas, tirando isso, tem que ser pra todos.

O discurso do líder comunitário mostra seu compromisso com o bem comum (pede “pra todos”) e seu apego ao “cidadão insurgente” (Holston 2008) que enfrenta o poder com “coragem”. Porém, ao mesmo tempo, a sua fala nomeia as circunstâncias em que esses ideais liberais devem ser suspensos para abrir um espaço para o oposto: a prática clientelista de recorrer ao político na “hora da precisão” e “pedir também”. Isso implica uma troca particular, assistência médica pelo voto. Ele está citando um estado de exceção da lei, ou seja, das normas liberais contra a consideração da troca privada na decisão do voto. Cabe então uma explicação da escolha de suspender o quadro liberal e recorrer às mesmas reciprocidades que essa população quer deixar de lado. O motivo principal que devemos considerar é a questão do valor do sujeito que está passando necessidade.

Tipicamente, quando há uma emergência com um morador da zona rural, ele liga para um político – um vereador, prefeito, vice-prefeito ou outra “pessoa de confiança”. Este político

sai de imediato, entra no carro, busca o morador doente e o leva ao hospital. O hospital pode ser público ou privado, mas, seja qual for, o político enfrenta o pessoal e passa pelos procedimentos normativos ao lado do sujeito doente, às vezes pressionando para deixar as regras de lado (cortando a fila, trocando médicos, esquecendo o probleminha dos documentos, etc.). O político nem sempre tem sucesso, mas ele faz de tudo para que a persona social do sujeito doente transpareça no encontro burocrático, conta sua história a quem tiver de contar; ele faz uma performance de carinho e valorização.

Numa entrevista que fiz no ano 2012, um vereador local mostra o seguinte:

Tem um que chegou a ligar, era a esposa, grávida, aí ela sentiu o bebê oito dias antes da cesárea marcada. Cheguei lá. Levei ao hospital em [Princesa]. O médico lá de plantão não fazia parto, era novato. Eu fui atrás de um médico, fui na casa da enfermeira que era ela que trabalhava com parto. São todos meus amigos. Eu chamei todo mundo. A gente conseguiu fazer. E até hoje no interior, se falar de mim, eles choram.

Claro que não podemos verificar a veracidade desta história, mas o que importa é sua narração de atuação moral. O vereador usa seu conhecimento do hospital e seu pessoal (os novatos e seus experientes) em prol da mulher parturiente. Ele alavanca sua rede de amizade pessoal para assegurar um tratamento urgente que toma como princípio o valor pessoal da mulher, um valor que deriva da sua relação com o vereador. Numa outra parte da entrevista, o vereador salienta seu “conhecimento” das estradas aos povoados do interior, se diferenciando do motorista da ambulância municipal.⁸ Tais frases funcionam como metonímias do contraste mais amplo entre a lei anônima e a intimidade moral. Se o pessoal da roça realmente “chora” quando se toca no nome do vereador, talvez seja porque ele os poupa do destino mais horripilante imaginável: a descartabilidade de uma vida genérica.

O vereador que eu entrevistei admitiu que o voto do casal funciona como reciprocidade, sabendo que sua inclusão viola o modelo liberal de democracia:

Fica muito grato. Fica muito grato. Agradece. E... você sabe que o pobre, essa classe de gente mais, mais fraca, por modo dizer... financeiro... é a única forma de... de... de... deles... sim... na verdade muitas vezes, Aaron, se você... ajuda um... sem, sem... nem assim... sem intenção de... pra ser político como você ajudou com bom coração, mas aí eles entendem... que para eles pagarem aquele favor que você faz para eles... não... você tem que ser político para eles... só... como eles não têm como... tipo assim, mesmo que a gente faz de coração... mesmo sem ser por política, aí eles entendem que você tem que ser candidato para eles votarem para eles poderem pagar aquele favor que você faz.

Parece que o ponto central do vereador é que ele não ajuda as pessoas querendo o voto em troca, mas eles tratam a sua assistência médica como algo que tem de ser pago, pois eles usam o voto como a moeda para pagá-lo. Agora percebemos que sua fala mostra certa rigidez, é marcada por repetições (não poéticas), começos falsos, pausas longas, incoerências parciais e gestos frenéticos (a maioria da sua fala na entrevista era muito mais fluente). Imagino que ele está tentando explicar (para um estrangeiro norte-americano) por que é

8 Veja Marques (2013: 719) no significado de “conhecimento” no sertão.

que o voto é “a única forma” que eles têm para “pagar aquele favor” (o vereador até insinua que o povo rural o pressionava a se candidatar para que pudessem pagar o favor).

Agora, no decorrer da vida, as famílias rurais aproveitam de muitas oportunidades para fazer favores de vários tipos, tanto para os vizinhos como para os políticos – às vezes as mesmas pessoas (é daí que surge a fala popular: “precisando qualquer coisa, estamos aqui, prontos para ajudar!”). No entanto, o nosso vereador tem observado que o voto é uma oportunidade fixa e previsível para o povo rural pôr o valor da sua amizade em circulação (como moeda no jogo político) e, através disso, confirmar sua própria vida política (*bios*). Percebemos aqui os limites do conceito de “clientelismo” que reduz a reciprocidade a um *quid pro quo* mercenário. A mulher e seu marido que ganharam o nenê dão seus votos para se tornarem membros completos e dignos de um grupo social e político (Villela & Marques 2006: 29). Essa possibilidade se torna mais importante sob a ameaça da redução ao *zoe* (efeito de um regime burocrático-liberal implementado em hospitais subfinanciados).

Há uma espécie de agência implícita neste cenário. O momento em que uma pessoa doente aborda um político pedindo ajuda médica é o momento de soberania à la Agamben. Agamben segue Carl Schmitt na sua definição de soberania, ou seja, a função da “última decisão”: se a situação atual for normal ou se ela constituir uma exceção que exige a suspensão da lei (Schmitt 2010: 12-13). Se Agamben entende que “a produção da vida nua é a atividade originária de soberania” (1998: 83), aqui podemos ver um segundo momento em que esse processo é revertido através da produção da vida política (“clientelista”) que traz um estado de exceção da norma liberal. Esse momento de soberania é *dyadic* (entre dois); o cidadão e o político decidem juntos na questão da exceção. O primeiro aborda o segundo. Se o político for disposto, vai correndo para buscar o eleitor no mato pra levá-lo ao médico. Se não for disposto, acontecem cenários como o seguinte.

Mário, um agricultor no mesmo município mencionado acima, sofre um problema de inchaço na perna. Precisou de exames e tratamento. Ele era afiliado com o prefeito antigo (que mantinha um convênio com o hospital particular), depois resolveu pedir ajuda da então Secretária da Saúde aliada a tal prefeito. A esposa de Mário relatou para mim que “a Secretária respondeu ‘sim, mas espera’ a chegada do seu cartão de SUS”. Mário sentia que não tinha como esperar, então foi atrás do prefeito do município vizinho, “que pagou 39 mil reais para ele ser tratado em [uma cidade maior] no hospital particular”. Mário, sua mulher e outros da família mudaram seus Títulos de Eleitor para o outro município porque, segundo a mulher, “quem chega na hora da precisão é meu candidato”.

O caso mostra como a decisão soberana de tratar a situação como um estado de exceção exige a participação dos dois atores. Mário pediu um socorro esperando que sua intimidade com o prefeito fizesse com que sua falta de documentação se pudesse deixar passar. Queria que a formalidade da lei fosse suspensa e que qualquer providência fosse tomada. No entanto, a Secretária recusou, invocou a lei, ou seja, a necessidade de esperar até que as instituições de saúde públicas pudessem ser mobilizadas. Mesmo os dois não estando de acordo, uma decisão soberana ocorreu; foi decidido que o caso não era um estado de exceção. Quando Mário tentou novamente com o outro prefeito, este aceitou, e os dois lados resolveram a suspensão da lei, e logo em seguida o casal deu sua contrapartida para afirmar sua filiação ao grupo político dele. A soberania atual no sertão é *dyadic* porque exige a cumplicidade entre o político e o eleitor para suspender o quadro liberal, mesmo que só um lado seja necessário para reforçar a aplicação da lei.

Para entender a importância de tal estado de exceção, temos que encarar a sua temporalidade variável. O compromisso que o eleitor tem (para pagar o favor) pode terminar na próxima eleição. Já ouvi várias pessoas dizendo que votariam em qualquer candidato que trouxesse o desenvolvimento, *só que no próximo, tenho que votar no fulano que ele ajudou a minha na hora da doença*. Percebemos duas temporalidades, uma que corresponde a uma norma do bom público e que tipicamente guia o voto do sujeito, e outra que corresponde a uma emergência pontual e que guia o seu *próximo* voto. Embora isso não queira dizer que, na prática, a emergência e o resgate irão parar de orientar o voto do sujeito nas futuras eleições. As colocações da esposa de Mário (“quem chega na hora da precisão é meu candidato”) e do vereador (“até hoje no interior, se falar de mim, eles choram”) sugerem que os sertanejos piauienses usam esses eventos de doença e resgate para formular reciprocidades íntimas de longo prazo,⁹ prolongando o estado de exceção indefinidamente. Ironicamente, as ideais liberais do voto podem reinar como normas num contexto em que a reciprocidade sempre orienta o comportamento eleitoral: a relação eleitor-político permanece num estado de exceção.

Infiro disso que nossa avaliação da soberania popular não pode insistir numa diferença entre a “agência clientelista” e a “agência liberal”. Devemos pensar numa agência do nível “meta”, a que preside sobre a decisão de qual forma de comportamento se tornará acessível para o sujeito. Esses momentos de crise servem como arquétipos dessa agência do meta-nível, cuja lógica pode se espalhar a outros momentos de engajamento no processo político. Vemos isso na queixa de Maria, que reclama dos conterrâneos que “qualquer dorzinha vai chorando ao prefeito”. Maria está dizendo que ela só pede uma exceção quando o caso é sério. Mas a sua colocação indica que muitas pessoas costumam pedir exceções frequentemente, o que talvez decorra de uma ambivalência profunda perante a igualdade abstrata em um contexto de precariedade e serviços subfinanciados.

Conclusão

Aqui tenho tentado entender as transformações da subjetividade política que estão acontecendo no sertão piauiense de uma forma que leva em consideração o fenômeno de liberalização, mas sem se entregar à teleologia liberal. As políticas públicas dos governos federais recentes têm realizado certo “liberalismo de cima” que toma a cultura política do sertão como um objeto de análise e intervenção. A ótica do estado (e certos atores locais) capta esse objeto com noções de “clientelismo”, “compra de voto” e outros termos que reduzem a complexidade da política a uma sombra da democracia normativa. A ambivalência das reações do povo não pode ser vista por meio do olhar liberal, porque o liberalismo mapeia qualquer transformação em um esquema linear de avanço ou retrocesso.

Aqui tentei representar essa ambivalência de forma etnográfica. De um lado, a população recebe as intervenções estatais de braços abertos: a manifestação mais profunda da absorção dos princípios do liberalismo é a reanálise reflexiva do espaço discursivo da política. O sujeito autônomo e racional idealizado pelo liberalismo se materializa através de modificações dos gêneros de comunicação política (de forma ampla). Essas modificações semióticas (a diminuição do uso de fotos propagandistas e a formação de grupos

9 Ver Goldman (2013: 204) e Ansell (2014: 78-98).

de pessoas comuns para concorrer contra os políticos pelas joias – prêmio dos leilões) funcionam para sabotar as normas de reciprocidade política. Por outro lado, as práticas de reciprocidade política elaboradas perante as crises de saúde mostram uma ansiedade profunda com o tipo de subjetividade que fundamenta o liberalismo, o do indivíduo cuja vida nua é abstraída da sua vida social, das redes de significância, conhecimento, carinho e troca. A questão-chave então seria a seguinte: pode-se aliviar essa ansiedade com melhorias do sistema de saúde pública (mais médicos, mais hospitais, menos tempo de espera, etc.)? Ou, mesmo se este sistema melhorasse, a oferta do valor pessoal na hora da saúde traria mais segurança que a promessa de cidadania abstrata? Sem saber a resposta, cabe ao estado reforçar o atual modelo de saúde pública e talvez transformá-lo para que uma pessoa doente possa ser cidadão abstrato e pessoa concreta no mesmo tempo.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. 1998. *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*. Stanford: Stanford University Press. Translated by Daniel Heller-Roazen.
- ANSELL, Aaron. 2014. *Zero Hunger: Political Culture and Anti-Poverty Policy in Northeast Brazil*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- AVRITZER, Leonardo. 2007. “Reforma Política e Participação no Brasil”. In: L. Avritzer & F. Anastasia (orgs.), *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG. pp. 35-45. Primeira Reimpressão.
- BEZERRA, Marcos Otávio. 2001. “Políticos, Representações Política e Recursos Públicos”. *Horizontes Antropológicos*, 7(15):181-207.
- BRESSER, Luiz Carlos Pereira. 1998. “Uma Reforma Gerencial da Administração Pública no Brasil”. *Revista Serviço Público*, 49(1):5-42.
- CHAVES, Christine de Alencar. 2000. *Festas da Política: Uma Etnografia da Modernidade no Sertão (Buritis-MG)*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- COLLINS, John F. 2008. “Public Health, Patronage and National Culture: The Resuscitation and Commodification of Community Origins in Neoliberal Brazil”. *Critique of Anthropology*, 28(2):237-255.
- COMERFORD, John Cunha. 1999. *Fazendo a Luta: Sociabilidade, Fala e Rituais na Construção das Organizações Camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- FLEISCHER, David. 2007. “Coligações Eleitorais”. In: L. E. Avritzer & F. Anastasia (orgs.), *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG. pp. 142-147. Primeira Reimpressão.
- FOSTER, George. 1963. “The Dyadic Contract in Tzintzuntzan II: Patron-Client Relationships”. *American Anthropologist*, 65:1280-1294.
- FOUCAULT, Michel. 1977. *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. New York: Vintage Books.
- GOLDMAN, Marcio. 2013. *How Democracy Works: An Ethnographic Theory of Politics*. Canon Pyon, UK: Sean Kingston Publishing.

- HEREDIA, Beatriz M. A. de. 1996. "Política, Família e Comunidade". In: M. Palmeira & M. Goldman (orgs.), *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa. pp. 57-72.
- HOLSTON, James. 2008. *Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil*. Princeton: Princeton University Press.
- LEMPERT, Michael. 2012. *Discipline and Debate: The Language of Violence in a Tibetan Buddhist Monastery*. Berkeley: University of California Press.
- MARQUES, Ana Claudia D. R. 1999. "Algumas Faces de Outros Eus. Honra e Patronagem na Antropologia do Mediterrâneo". *Mana*, 5(1):131-147.
- _____. 2013. "Founders, Ancestors, and Enemies: Memory, Family, Time, and Space in the Pernambuco Sertão". *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 19:716-733.
- PALMEIRA, Moacir. 1992. "Voto: Racionalidade ou Significado?" *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 7(2):26-30.
- _____. 1996. "Política, Facção e Voto". In: M. Palmeira & M. Goldman (orgs.), *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa. pp. 41-56.
- RUTEN, Rosanne. 2007. "Losing Face in Philippine Labor Confrontations: How Shame May Inhibit Worker Activism". In: L. Joseph, M. Mahler & J. Auyero (orgs.), *New Perspectives in Political Ethnography*. New York: Springer. pp. 37-59.
- SANTOS, Adelcio Machado dos; PIACENTINI, Luciane. 2012. "A Captação Ilícita de Sufrágio". *Ponto de Vista Jurídico*, 1(1):47-61.
- SANTOS, Luiz A. dos. 1997. *Reforma Administrativa no Contexto da Democracia: a PEC n 173/95, Suas Implicações e Adequação ao Estado Brasileiro*. Brasília: DIAP.
- SANTOS, Marlene de Jesus Silva. 2010. "Da Reforma Democrática à Reversão Neoliberal: Mudanças na Estrutura Administrativa Brasileira e as Potencialidades da Crise Econômica". *SER Social*, 12(26):88-115.
- SCHMITT, Carl. 2010. *Political Theology: Four Chapters on the Concept of Sovereignty*. Chicago: University of Chicago Press. Translated by George Schwab.
- STOKES, Susan. 2005. "Perverse Accountability: A Formal Model of Machine Politics with Evidence from Argentina". *American Political Science Review*, 99(3):315-325.
- VILLELA, Jorge Mattar; MARQUES, Ana Cláudia. 2006. "Municipal Elections: Favor, Vote and Credit in the Pernambucan Sertão of Brazil". *The Latin Americanist*, 49(2):25-63. Translated by Bruce Dean Willis.

Recebido em 30 ago. 2015.

Aceito em 25 dez. 2015.